



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 406/2024 - GP

Veranópolis, 27 de Dezembro de 2024.

Veta Parágrafo único do art. 9º da Emenda
Substitutiva Global nº 02 ao PL 585

Exmo. Sr.
LUIS CARLOS COMIOTTO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
VERANÓPOLIS – RS

Senhor Presidente:

Através do presente dirigimo-nos a Vossa Excelência com a finalidade de comunicar que nesta data **vetamos** o Parágrafo único do art. 9º da **Emenda Substitutiva Global nº 02 ao PL 585, de 19/04/2024**, que **"Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental e rural integrado – PDDUARI do Município de Veranópolis"**, encaminhado ao Poder Executivo em 17/12/2024, conforme Autógrafo nº 143/2024 de 17/12/2024.

O veto se dá com amparo no § 1º do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, por ser considerado inconstitucional, conforme motivos e justificativas constantes no Parecer Jurídico nº 477, de 27/12/2024, e despacho da mesma data, que seguem abaixo.

Sem mais, apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

WALDEMAR DE CARLI, Prefeito.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

PARECER JURÍDICO Nº 477/2024

Origem: Poder Legislativo

Assunto: Projeto de Lei Legislativo nº 585, de 19 de abril de 2024

O Poder Legislativo Municipal, encaminha o Projeto de Lei Legislativo nº 585, de 19 de abril de 2024, que altera a Lei Municipal 7.577/2020 – PDDUARI, notadamente no que tange ao art. 119, parágrafo único, descrito na emenda substitutiva global nº 02.

Não se olvide que proposições que geram atribuições ao Executivo, são de iniciativa privativa do Chefe deste Poder. Portanto, o Projeto de Lei em tela, sendo de iniciativa do Legislativo e gerando obrigações para o Executivo macula o art. 60, II, "d", da Carta Estadual que, pelo princípio da simetria vertical, aplica-se aos Municípios:

Art. 60 - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

[...]

II - disponham sobre:

[...]

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

Nesse diapasão, em que pese o caráter meritório do Projeto de lei respaldado pela Justificativa, mister que se refira que o Projeto de Lei agride o princípio constitucional da independência dos poderes. O projeto de lei é de iniciativa do Legislativo e dispõe sobre matéria em que esta é privativa do Executivo, o que o faz formalmente inconstitucional.

Além disso, a análise da outorga onerosa é um acréscimo do direito de construir além do coeficiente básico de aproveitamento de um determinado terreno, não é um instituto compulsório, mas facultativo, o que se presume esteja evidenciado o interesse público. Neste sentido, deve privilegiar a isonomia e a impessoalidade, que somente é conferida por análise técnica detalhada e especializada. Neste sentido, a deliberação acerca da concessão da outorga onerosa por um único profissional não representa os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e, por conseguinte, afastam o interesse público.

Portanto, o Projeto de Lei Legislativo nº 585/2024 não é possível de ser sancionado, visto sua inconstitucionalidade formal, honrando os princípios da simetria, da harmonia e independência entre os Poderes com respaldo indiscutível no art. 2º da Constituição Federal e art. 60, inciso II, letra "d" da Constituição Estadual. Ante ao exposto, sugere-se seja VETADO PARCIALMENTE, no tocante à outorga onerosa, com base no art. 49, § 1º da Lei Orgânica Municipal.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

Veranópolis, 27 de dezembro de 2024.


FABIANE MERCALLI
Assessora Jurídica

Rua Alfredo Chaves, 366 - Fone/Fax: (54) 3441.1477 - CEP: 95330-000 - VERANÓPOLIS - RS



Para verificar a autenticidade, acesse: <https://atos.veranopolis.rs.gov.br/paginas/validar> -
com a chave: YTNSYQDVADJ5EMC



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

VETO – Projeto de Lei nº 585, de 11 de abril de 2024

Emenda Substitutiva global ao PL 585/2024

Acato o Parecer Jurídico nº 477/2024 da Assessoria Jurídica, por seus fundamentos e VETO PARCIALMENTE, nos termos do art. 49, § 1º da Lei Orgânica, o Projeto de Lei nº 585, de 11/04/2024, em razão da inconstitucionalidade.

Veranópolis, 27 de dezembro de 2024.

WALDEMAR DE CARLI

Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Alfredo Chaves, 366 - Fone/Fax: (54) 3441.1477 - CEP: 95330-000 - VERANÓPOLIS - RS



Para verificar a autenticidade, acesse: <https://atos.veranopolis.rs.gov.br/paginas/validar> -
com a chave: YTNSYQDVADJ5EMC